


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Financeiras da Cielo S.A. ("Sociedade" ou "Cielo"), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal. Na obtenção da autorização emitida pelo Banco Central do Brasil para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora em abril de 2017, a Cielo passou a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Nesse sentido, as demonstrações financeiras individuais (controladora) foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável (aqui denominadas em conjunto como "COSIF").

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro semestre de 2018 foi, sem dúvida, um período de grande importância para nós da Cielo. A indústria de meios de pagamentos, cujas perspectivas são as mais promissoras, segue em gradual recuperação, acompanhando as tendências registradas pelo setor de varejo brasileiro - assim identificadas pelo Índice Cielo do Varejo Ampliado (CIVA). Nos seis primeiros meses do ano, porém, não foi somente a recuperação do crescimento que se fez presente, mas também a transição de modelos de operação, com a migração dos volumes antes capturados sob a modalidade multivan para a aquisição plena, marcando a efetiva abertura do mercado brasileiro.

Nesse contexto, ajustando os números pelos volumes anteriormente capturados sob a modalidade multivan, a Cielo registrou expansão de -6% dos volumes financeiros capturados no primeiro semestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano passado. Tal desempenho segue em linha com a nossa expectativa para o ano. Os primeiros seis meses do ano, porém, foram de especial valor para nós em função das iniciativas que fomos capazes de implementar, depois de muito preparar nossa estrutura operacional e tecnológica. A companhia lançou a Cielo Zip, versão compacta da máquina com conexões GPRS e Wi-Fi para possibilitar ao empreendedor vender em qualquer lugar, sem a necessidade de um smartphone ou conexão com a internet. Esse é apenas um exemplo que ilustra a nossa busca por oferecer um portfólio completo, reforçando nossa proposta de valor: que é fazer o cliente vender mais, desenvolvendo seu negócio.

Em abril, foram lançadas as novas campanhas de marketing, da iniciativa "Cielo Com Tudo", que marcaram um novo movimento estratégico e inauguraram uma nova forma de comercializar e precificar as nossas soluções, por meio do conceito de pacotes de acordo com os perfis e necessidades de cada cliente. Com o claro objetivo de aumentarmos a exposição ao segmento de maior crescimento no momento - o de pequenos lojistas e microempreendedores, demos destaque aos produtos Cielo Controle e Cielo Livre. Dessa forma, apresentamos alternativas, com a qualidade Cielo, para que nossos clientes pudessem ter maior visibilidade e flexibilidade, aumentando seu poder de escolha. Atualmente, temos aproximadamente 190 mil lojistas aceitando cartões em seus estabelecimentos por meio do Cielo Controle e Cielo Livre.

Ao mesmo tempo, no fim do 2º trimestre, entramos de forma contundente no segmento de venda de terminais ("maquininhas") por meio da Stelo. Com menos de seis meses desde a data de anúncio da aquisição de 100% da companhia, a Stelo já comercializou mais de 100 mil terminais e possui a opção de junho 52 mil clientes ativos. A partir desses movimentos coordenados, feitos tanto na Cielo como na Stelo, demos início ao plano de ataque ao segmento de lojistas de menor porte. Nesse processo, pudemos, inclusive, acompanhar a intensificação da competição nesse nicho, uma vez que outras credenciadoras de grande porte também deram início, mais recentemente, às suas estratégias de venda de maquininhas. O jogo está apenas no começo e nós não abrimos mão da liderança.

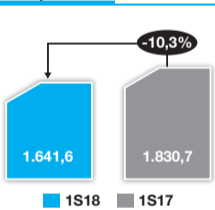
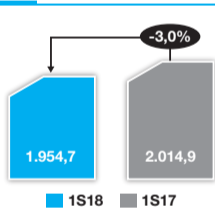
Nos demais segmentos em que os lojistas procuram maior suporte e confiabilidade, seguimos com nossa estratégia de maior diferenciação dos produtos e serviços oferecidos. Aqui, como um dos pilares de nossa estratégia, temos a constante evolução da Cielo LIO, o primeiro *smart* terminal do mercado brasileiro, que tem como objetivo revolucionar a gestão do varejo. Por exemplo, clientes com Cielo LIO podem atender até 25% mais clientes em seus estabelecimentos, melhorando a eficiência operacional de seu empreendimento. Ao final do segundo trimestre, a participação da Cielo LIO em nosso parque de terminais já era de 80 mil terminais. Com isso, estamos fortalecendo nossa presença não apenas no segmento de maior crescimento - o de pequenos lojistas e microempreendedores, como em um dos segmentos em que somos líderes: o de estabelecimentos de médio porte.

Ao longo do segundo semestre, novos produtos e serviços serão anunciados, fortalecendo o posicionamento da Cielo em nossa indústria e dando continuidade às iniciativas que fomos capazes de implementar graças a todos os esforços dedicados ao longo dos últimos 18 meses. Não fossem a forma mais ágil e rápida de trabalhar, as entregas críticas que fizemos no campo de tecnologia, a postura comercial mais assertiva e efetiva, a sustentação de nossa posição de liderança - da forma com a que fizemos, não teria sido possível.

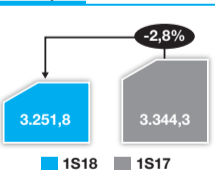
Dessa forma, reforçamos o nosso compromisso com a geração de valor a todos os nossos acionistas, adotando as medidas necessárias de curto prazo em favor de nosso futuro. Daremos continuidade e intensificaremos os investimentos que vemos fazendo no desenvolvimento tanto de novos produtos como de nossa marca. Seguiremos, assim, o claro caminho definido desde a chegada de Eduardo Gouveia no início de 2017. A sua decisão de sair, recentemente anunciada, em nada muda os passos a serem dados pela companhia. Pelo contrário, a administração reafirma seu compromisso com nossos clientes, desenvolvendo produtos e serviços que possam ajudá-los no dia-a-dia, com os colaboradores atuando de forma a fomentar o engajamento e reconhecimento do trabalho, e com os acionistas, na incessante e contínua busca por maior eficiência operacional. Tudo isso com a certeza de deixarmos a Cielo preparada para o futuro de nossa indústria. #VamosComTudo!

DESTAQUES 1S18

- Volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$303,7 bilhões, aumento de 2,74% em relação ao 1S17;
- Receita líquida da Cielo totalizou R\$3.251,8 milhões, redução de 2,8% em relação ao 1S17, ou R\$92,5 milhões;
- Aquisição de recebíveis (ARV), antes do custo de capital próprio e de terceiros, totalizou R\$830,4 milhões, representando uma redução de 30,3% em relação ao 1S17. O ARV atingiu 17,1% sobre o volume financeiro de crédito capturado pela Cielo no semestre, queda de 2,9 pontos percentuais em relação ao 1S17;
- Os gastos totais da Cielo (custos e despesas) totalizaram R\$1.790,9 milhões, aumento de 10,4% em relação ao 1S17, ou R\$168,3 milhões;
- Lucro líquido Cielo totalizou R\$1.641,6 milhões, redução de 10,3% em relação ao 1S17, ou R\$189,1 milhões; e
- EBITDA da Cielo foi de R\$1.954,7 milhões, redução de 3,0% em relação ao 1S17, ou R\$60,2 milhões.

Lucro Líquido Cielo

EBITDA

DESEMPENHO OPERACIONAL 1S18
Volume Financeiro de Transações
Evolução Semestral

No 1S18, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou \$303,7 bilhões, representando um aumento de 2,74%, ou R\$8,1 bilhões, em comparação aos R\$295,6 bilhões 1S17. Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações totalizou R\$176,2 bilhões no 1S18, apresentando um aumento de 8,6% em relação ao mesmo semestre do ano anterior. Com a modalidade débito, o volume financeiro de transações totalizou R\$127,5 bilhões no 1S18, redução de 4,3% em relação ao 1S17. Adicionalmente, a Cielo capturou 3,4 bilhões de transações no 1S18, um decréscimo de 2,35% em relação ao 1S17.

DESEMPENHO FINANCEIRO 1S18
COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
Receita Líquida

Receita Líquida
Evolução Semestral

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 - (Em milhares de reais)

Ativo Circulante	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades	4	15.155	13.455
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	12.146	285.946
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	8.811.263	9.177.383
Outros créditos		58.553.064	51.853.093
Rendas a Receber	7	315.198	288.124
Diversos		58.404.402	51.718.041
Contas a Receber de Emissores	7	57.986.974	51.151.484
Contas a Receber com Partes Relacionadas		19.637	-
Creditos Tributários	8	211.611	264.019
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		98.250	228.014
Outros		87.930	74.524
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7	(166.536)	(153.072)
Outros valores e bens		43.350	33.207
Total do ativo circulante		67.434.978	61.363.084
Realizável a longo prazo			
Outros créditos		2.222.049	2.194.935
Diversos		2.222.049	2.194.935
Devedores por depósitos em garantia	14	1.616.255	1.594.250
Creditos Tributários	8	580.596	581.188
Outros		25.028	19.497
Outros valores e bens		87	87
Permanente			
Investimentos	9	8.848.968	8.786.697
Imobilizado de uso	10	454.265	480.951
Intangível	11	395.341	289.920
Total do ativo realizável a longo prazo e permanente		11.920.710	11.752.590
Total do ativo		79.355.688	73.115.674

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A receita líquida consolidada totalizou R\$3.251,8 milhões no 1S18, representando uma redução de R\$92,5 milhões ou 2,8%, quando comparada com R\$3.344,3 milhões no 2S18. A diminuição da receita líquida proveniente de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito deve-se da redução nas receitas de comissão impactada pela redução do preço médio, em virtude do maior ambiente competitivo, do aumento na participação de clientes do segmento Grandes Contas e da maior pressão sobre as receitas de aluguel de equipamentos de captura da controladora devido à queda no parque cobrado, compensada parcialmente por menores incentivos pagos em decorrência de mudança no modelo de remuneração de bandeira nacional, e pelo crescimento em outros serviços da Controladora, principalmente relacionado ao produto Receba Rápido e às receitas com licenciamento e processamento da bandeira Elo (iniciado no 2S2017).

Custos dos Serviços Prestados
Evolução Semestral

O custo dos serviços prestados da Cielo totalizou R\$1.248,1 milhões no 1S18, representando um aumento de R\$158,8 milhões, ou 14,6% em comparação ao 1S17. O acréscimo decorre substancialmente dos seguintes eventos:

Custos relacionados à transação - Aumento de R\$145,2 milhões ou 33,3% nos custos composto por central de atendimento, telecomunicações, bandeiras e redes de captura e processamento de transações, substancialmente relacionado ao aumento dos custos com processamento e liquidação de transações e de central de atendimento, decorrente do acréscimo de volumetria no 1S18, bem como, a mudança no modelo de remuneração de bandeira nacional no 3T17 (resultante da migração completa para o modelo de interoperabilidade) e início do pagamento de fees para as bandeiras Amex e Hiper no 4T17, líquido da redução oriunda do aumento de crédito tributário sobre insumos (PIS/Cofins) realizados durante o 1S18.

Custos vinculados aos equipamentos e outros custos - Aumento de R\$13,6 milhões ou 2,1%, relacionado à maior demanda de manutenção e instalação de terminais e maior volume de compra de insumos em 2018, compensado parcialmente pela redução dos custos de serviços profissionais, depreciação e amortização de POS.

Despesas Operacionais
Evolução Semestral

As despesas operacionais totalizaram R\$252,0 milhões no 1S18, apresentando uma redução de R\$216,2 milhões ou 46,2%, em relação ao 1S17. A redução decorre substancialmente dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal reduziram R\$19,1 milhões ou 13,6%, para R\$127,0 milhões no 1S18, comparados com os R\$146,1 milhões no 1S17. A diminuição decorre substancialmente de gastos com verbas rescisórias de executivos no 1T17 e pela reversão de excesso de provisão para participação nos resultados de 2017, reconhecida no 1T18, parcialmente compensado pelo reajuste médio definido em convenção coletiva sobre salários na Controladora e rescisão de executivo em 2017.

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, reduziram R\$9,9 milhões ou 5,4%, para R\$174,5 milhões no 1S18, comparadas com os R\$184,4 milhões no 1S17. O decréscimo está relacionado à menores gastos de serviços profissionais para projetos na Controladora.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing aumentaram R\$39,9 milhões ou 51,3%, para R\$117,6 milhões no 1S18, comparadas com os R\$77,7 milhões no 1S17. O aumento decorre substancialmente de maiores gastos com campanhas de marketing e de ações comerciais no 1S18.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$7,7 milhões ou 7,7%, para R\$107,7 milhões no 1S18, comparadas com os R\$100,0 milhões no 1S17. O acréscimo está relacionado ao aumento nas expectativas de perdas com créditos incorríveis, compensadas pela redução nas provisões de contingência e perdas com equipamentos de captura (POS).

Equivalência Patrimonial - A equivalência patrimonial aumentou R\$225,7 milhões ou 347,2%, para R\$290,7 milhões no 1S18, comparadas com os R\$65,0 milhões no 1S17. O ganho com equivalência patrimonial refere-se substancialmente as controladas no exterior (Cielo USA e Me-S), resultado da completa amortização dos ágios e intangíveis no 1S17, bem como, ganhos obtidos após a redução da alíquota do imposto sobre o lucro em R\$75,1 milhões no 1T18, além da forte apreciação do dólar em comparação ao 1S17.

Resultado Financeiro
Evolução Semestral

O resultado financeiro totalizou R\$422,0 milhões no 1S18, representando uma redução de 45,1% ou R\$346,8 milhões em relação ao 1S17, que obteve um resultado de R\$768,8 milhões. O decréscimo ocorreu em substancialmente dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$40,1 milhões ou 32,3%, para R\$84,0 milhões no 1S18, comparadas com os R\$124,1 milhões no 1S17. A diminuição está substancialmente relacionada à redução do saldo médio aplicado em decorrência da amortização de debêntures em abril de 2018 e do pagamento de dividendos, referente ao 2º semestre de 2017, em março de 2018, bem como pelo impacto da redução da taxa média do DI nos períodos analisados.

Despesas financeiras - As despesas financeiras reduziram R\$301,1 milhões ou 57,1%, para R\$225,9 milhões no 1S18, comparadas com os R\$527,0 milhões no 1S17. A diminuição decorre da redução do endividamento médio com terceiros, basicamente em virtude da amortização da terceira parcela das debêntures, além da queda do custo de captação (influenciada substancialmente pela queda da taxa DI).

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) - A aquisição de recebíveis, antes do custo de capital próprio e de terceiros, líquida dos tributos, totalizou R\$830,4 milhões no 1S18, apresentando uma redução de R\$361,6 milhões ou 30,3%, quando comparada com os R\$1.192,0 milhões no 1S17. O decréscimo está substancialmente relacionado à redução de volume adquirido, à redução da taxa de DI médio e do aumento da concentração em clientes do segmento Grandes Contas no 1S18.

Varição Cambial, líquida - A variação cambial líquida, no semestre teve um aumento de R\$246,2 milhões para R\$266,5 milhões no 1S18, comparadas com os R\$20,3 milhões no 1S17. O aumento decorre preponderantemente da apreciação do dólar médio no período sobre empréstimos em moeda estrangeira.

EBITDA
Evolução Semestral

O EBITDA totalizou R\$1.954,7 milhões no 1S18, representando uma redução de 3,0% em relação ao 1S17, conforme demonstrado a seguir:

EBITDA (R\$ milhões)	1S18	1S17
Lucro Líquido Cielo	1.641,6	1.830,7
Resultado Financeiro	(422,0)	(768,8)
Imposto de Renda e Contribuição Social	532,1	724,9
Depreciação e Amortização	203,0	228,1
EBITDA	1.954,7	2.014,9
% Margem EBITDA	60,1%	60,2%

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade. No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de

não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Sociedade, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Sociedade. Para tanto, a Sociedade adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), evidenciando o comprometimento da Sociedade e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Sociedade e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente; (f) da existência de calendário anual e pauta mínima do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses; (i) do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas. Importante destacar que, em 2013, a Sociedade formalizou em Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses da Sociedade ("Política"), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Sociedade envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Sociedade, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa. Em junho de 2018 a Política foi atualizada, seguindo as melhores práticas de mercado, e aprovada pelo Conselho de Administração.

As questões referentes ao conflito de interesses/partes relacionadas devem ser direcionadas ao Comitê de Governança Corporativa para que este, mediante premissas, filtros e mecanismo definidos na Política, recomende o tema para a deliberação do Conselho de Administração. Quando se tratar de assuntos relacionados ao conflito de interesses/partes relacionadas entre os acionistas integrantes do bloco de controle e a Sociedade, o Comitê de Governança Corporativa, em caráter excepcional, será composto por dois Conselheiros independentes, devendo o segundo Conselheiro ser convocado a apreciar a matéria na condição de membro "ad hoc" do Comitê de Governança Corporativa, em substituição aos representantes dos Acionistas Controladores.

Como exemplos práticos, temos (a) a política de incentivos aos bancos aprovada exclusivamente pelos membros independentes do Conselho de Administração e (b) a aprovação da constituição da Cateno (fruto da associação entre a Cielo e Banco do Brasil) realizada exclusivamente pelos conselheiros independentes e membros do Conselho de Administração indicados pelo Banco Bradesco.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Sociedade, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Sociedade, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Sociedade e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Sociedade é composta por 07 (sete) membros e exerce a administração geral da Sociedade, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Sociedade às melhores práticas de governança corporativa, o Conselho de Administração possui 5 (cinco) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Comitê de Sustentabilidade; e a Diretoria Executiva possui 10 (dez) fóruns de assessoramento: Fórum de Risco, Fórum de Risco Emissor, Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gastos, Fórum de Gestão da Continuidade de Negócio, Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Preços, Fórum de Projetos e Fórum de Diversidade.

O Conselho Fiscal da Sociedade, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, sendo um dos membros efetivos membro independente.

A Sociedade está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade em suas práticas, visando assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuir para um meio ambiente saudável, uma sociedade mais justa e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para melhor estruturar o atingimento desses compromissos, a Sociedade, em 2017, também revisou seu Plano Estratégico de Sustentabilidade. Aderente ao Planejamento de Negócios da Sociedade, aprovado pela Diretoria-Executiva, pelo Comitê de Sustentabilidade e pelo Conselho de Administração, o plano possibilitou um entendimento mais claro de como a sustentabilidade pode efetivamente agregar valor e impulsionar os negócios da Sociedade, que detém enorme potencial de movimentar a economia brasileira. Ao fim do processo, a estrutura do plano prevê iniciativas de potencial diferenciação no mercado - engajamento de colaboradores para uma cultura de sustentabilidade e estímulo ao empreendedorismo, e reforço às boas práticas já adotadas pela Cielo - gestão ambiental, investimento social privado e gestão de fornecedores críticos do ponto de vista da sustentabilidade.

As boas práticas, já implementadas pela Sociedade, se dão no dia a dia, por meio de iniciativas ambientais consistentes, como por exemplo, o estabelecimento de uma estratégia climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) - alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol, e a compensação das emissões de carbono; o investimento em projetos sociais que promovem a educação, por meio de ações que contribuem com a melhoria da educação básica e/ou profissionalizante, e iniciativas que possibilitam a geração de renda e contribuem para o desenvolvimento dos negócios do micro e pequenos empreendedores. A geração de valor para a Sociedade e para os públicos com os quais nos relacionamos se dá por meio de uma conduta ética, premissa que orienta e permeia todas as atividades da Sociedade. Por meio do Código de Conduta Ética, a Sociedade busca garantir as melhores práticas corporativas no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em consonância com o princípio da transparência, a Sociedade publicou, em abril de 2018, o Relatório de Sustentabilidade 2017, o qual foi elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), versão G4, apresentando informações sobre o desempenho em relação aos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade do negócio, buscando assim demonstrar sua capacidade de gerar valor e atuar de maneira perene.

Essa agenda de sustentabilidade promove oportunidades de negócios e possibilita vantagens competitivas à Sociedade, percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. Exemplo disso a Sociedade, integra, pelo quinto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), reconhecimento que atesta, dentre as iniciativas da Sociedade, as boas práticas de governança corporativa, gestão de fornecedores - levando em consideração aspectos socioambientais e ações de promoção da qualidade de vida para os colaboradores.

Em 2017, a Sociedade integrou, pelo segundo ano consecutivo, a carteira do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), na categoria *World*. Para serem incluídas, as empresas passam por rigoroso processo seletivo, que analisa dados econômicos, desempenho ambiental e social, governança corporativa, gestão de riscos, mitigação da mudança climática, práticas trabalhistas, dentre outras. E, desde 2011, a Sociedade possui *American Depositary Receipts* (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTC Nasdaq Internacional.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o 1S18, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG. A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes lhe prestaram serviço não relacionado à auditoria externa durante o primeiro semestre de 2018, que consiste na revisão do Relatório de Sustentabilidade de 2017, na Cielo. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante da contratação representa cerca de 2,0% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2018 da controladora Cielo, de suas controladas Cateno, Cielo Usa, Merchant e-Solutions, Orizon, Fundos de Investimentos (Fidcs) e da Coligada Stelo.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2018.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
RECEITA LÍQUIDA	17	3.251.814	3.344.346
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(1.248.110)	(1.089.271)
LUCRO BRUTO		2.003.704	2.255.075
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Pessoal	18	(126.984)	(146.060)
Gerais e administrativas	18	(190.498)	(209.473)
Vendas e marketing	18	(117.602)	(77.716)
Equivalência patrimonial	9	290.744	65.021
Outras despesas operacionais, líquidas	19	(107.667)	(100.011)
LUCRO OPERACIONAL		1.751.697	1.786.836
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	25	83.992	124.136
Despesas financeiras	25	(225.912)	(527.051)
Aquisição de recebíveis e FIDC	25	830.404	1.192.019
Varição cambial, líquida	25	(266.511)	(20.303)
		421.973	768.801



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 - (Em milhares de reais)

		Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Total da participação dos acionistas controladores
					Orçamento de capital	Dividendos adicionais	Retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2017		3.500.000	63.062	(103.967)	700.000	3.583.896	-	162.611	7.905.602
Aumento de capital	15 a)	1.200.000	-	-	-	(1.200.000)	-	-	-
Opção de ações e ações outorgadas	24	-	14.363	-	-	-	-	-	14.363
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	24 e 15.b)	-	(13.142)	19.548	-	-	-	-	6.406
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	1.830.723	-	1.830.723
Destinação sobre o lucro líquido do semestre:									
Reserva legal	15.d)	-	-	-	91.536	-	(91.536)	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	15.f)	-	-	-	-	-	(325.300)	-	(325.300)
Dividendos mínimos obrigatórios	15.f)	-	-	-	-	-	(260.377)	-	(260.377)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	741.675	(741.675)	-	-
Reserva de Orçamento de Capital	-	-	-	-	411.835	-	(411.835)	-	-
Resultados abrangentes:									
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	15.c)	-	-	-	-	-	(11.998)	-	(11.998)
Saldos em 30 de junho de 2017		4.700.000	64.283	(84.419)	791.536	2.795.731	741.675	150.613	9.159.419
Saldos em 01 de janeiro de 2018		4.700.000	62.620	(53.925)	892.740	3.341.628	1.058.785	-	10.150.867
Dividendos adicionais pagos aos mínimos obrigatórios de 2017		-	-	-	-	(1.058.785)	-	-	(1.058.785)
Aumento de capital	15.a)	1.000.000	-	-	-	(1.000.000)	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	24	-	11.592	(11.758)	-	-	-	-	(11.758)
Opção de ações e ações outorgadas	24	-	-	-	-	-	-	-	11.592
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	24 e 15.b)	-	(6.198)	14.171	-	-	-	-	7.973
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	1.641.639	-	1.641.639
Destinação sobre o lucro líquido do semestre:									
Reserva legal	15.d)	-	-	-	82.082	-	(82.082)	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	15.f)	-	-	-	-	-	(312.500)	-	(312.500)
Dividendos mínimos obrigatórios	15.f)	-	-	-	-	-	(216.773)	-	(216.773)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	1.030.284	(1.030.284)	-	-
Destinação da reserva de orçamento de capital para pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	(190.443)	190.443	-	-	-
Resultados abrangentes:									
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	15.c)	-	-	-	-	-	(86.243)	-	(86.243)
Saldos em 30 de junho de 2018		5.700.000	68.014	(51.512)	974.822	2.151.185	1.220.727	62.776	10.126.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cielo S.A. ("Sociedade" ou "Cielo") foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla "CIEL3", e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o Grupo é composto pelas seguintes empresas:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	30/06/2018	30/06/2017	
Participação direta em controladas e FIDC:			
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contato com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Braspag")	99,99	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island ("Cielo Cayman")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira no semestre findo em 30 de junho de 2018.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus") (*)	73,47	-	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos ("FIC")	100,00	100,00	Fundo destinado à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração.
Participação indireta em controladas:			
M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago, e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. ("Me-S")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. ("Orizon")	40,95	40,95	Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte ("back office") para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
Prevaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("Prevaúde")	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.
Participação indireta em coligada:			
Stelo S.A. ("Stelo")	30,00	30,00	Facilitadora para pagamentos online e carteira digital, tanto para o mundo físico quanto para o comércio eletrônico.

(*) Fundo constituído em 30 de setembro de 2017 (vide nota explicativa 6, item b)

Novos eventos societários

No semestre findo em 30 de junho de 2018, destacamos os seguintes novos eventos societários:

- Conforme Comunicado ao Mercado de 18 de janeiro de 2018, a Cielo divulgou a aquisição, por meio de sua controlada, Aliança, das ações representativas de 70% do capital social da Stelo. A Aliança já detinha 30% das ações da Stelo e, uma vez concluída a transação, a Cielo detém, indiretamente, a totalidade das ações da Stelo, pelo preço de aquisição de R\$ 87,5 milhões. A participação acionária a ser adquirida pela Aliança é detida pela Companhia Brasileira de Soluções e Serviços ("Alelo"), que é, por sua vez, controlada por Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A., acionistas majoritários da Sociedade. Em linha com o objetivo da Sociedade de diversificar a oferta de soluções e serviços, a aquisição da Stelo permitirá explorar novas iniciativas comerciais, como a venda de terminais de captura, por meio de uma marca própria e de uma estrutura independente, e de aprimorar a estratégia comercial a fim de atender as mais variadas demandas de seus clientes. O fechamento da transação se dará após o cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo aprovação por parte do Banco Central do Brasil (BACEN ou Banco Central).

Eventos significativos do período

No semestre findo em 30 de junho de 2018 ocorreram, principalmente, os seguintes eventos que alteraram as demonstrações financeiras da Sociedade:

- Redução no lucro líquido da Cielo no montante de R\$ 189.084 (10,3%), que saiu de R\$ 1.830.723 no 1º semestre de 2017 para R\$ 1.641.639 no 1º semestre de 2018;
- Em 29 de março de 2018 foram pagos juros sobre capital próprio e dividendos referente ao segundo semestre de 2017 no montante de R\$ 1.376.985;
- Em AGE realizada em 20 de abril de 2018, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$ 1.000.000 a partir do saldo proveniente da reserva de orçamento de capital;
- Em 30 de abril de 2018 houve pagamento da 3ª parcela do principal das debêntures públicas no montante de R\$ 1.533.336 e de juros no montante de R\$ 54.339.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável (denominadas em conjunto como "COSIF"). As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 30 de julho de 2018.

2.2 Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

A Cielo obteve, em 27 de abril de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo BACEN, conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Sociedade passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo Banco Central.

Resalta-se, ainda, que no intuito de aprimorar a eficiência do SPB e em atendimento à regulamentação emitida pelo Banco Central, a Sociedade implementou, em novembro de 2017, a sistemática da compensação e liquidação das transações de forma centralizada por meio da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).

2.3 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação e de saldos a receber de emissores, por exemplo), imposto de renda e contribuição social diferidos (créditos tributários), redução ao valor recuperável do ágio, provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade, controladas em conjunto e coligada, que junto à Cielo também são designadas como "Grupo" ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Receitas			
Vendas de serviços	17	3.657.165	3.719.784
Perda com créditos incobráveis e fraude	19	(106.378)	(86.136)
		3.550.787	3.633.648
Insumos adquiridos de terceiros			
Gastos com serviços prestados		(960.621)	(800.545)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(287.016)	(253.521)
Outros gastos, líquidos		(14.372)	(16.958)
(Perda) recuperação na realização de ativos		(2.237)	3.084
		(1.264.246)	(1.067.940)
Valor adicionado bruto		2.286.541	2.565.708
Retenções		(202.957)	(228.035)
Depreciações e amortizações		2.083.584	2.337.673
Valor adicionado líquido produzido			
Valor adicionado recebido em transferência		-	-
Equivalência patrimonial	9	290.744	65.021
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida e aquisição de recebíveis	25	692.493	1.359.219
		983.247	1.424.240
Valor adicionado total a distribuir		3.066.821	3.761.913
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		(157.763)	(174.133)
Participação de colaboradores e administradores no lucro	22	(29.131)	(31.697)
Impostos, taxas e contribuições		(1.014.352)	(1.198.607)
Despesas de juros e aluguéis incorridos		(223.936)	(526.753)
Dividendos e JCP propostos		(1.559.557)	(1.327.352)
Retenção de lucros		(82.082)	(503.371)
Valor adicionado distribuído		(3.066.821)	(3.761.913)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.173.670	2.555.637
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	202.957	228.035
Constituição (reversão) de provisão para perdas com imobilizado		(1.559)	(10.551)
Custo residual de imobilizado e intangível baixados	10 e 11	3.406	8.951
Opções de ações outorgadas	24	11.592	14.363
Perdas com créditos incobráveis e fraude	19	106.378	86.136
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.a)	9.731	91.017
Resultado com instrumentos financeiros	6	(180.303)	(37.665)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	220.637	430.983
Varição cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	12	431.721	14.749
Equivalência patrimonial	9	(290.744)	(65.021)
Rendimento de participação no FIDC		(870.870)	(1.195.876)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber operacionais		6.690.097	8.983.727
Contas a receber com partes relacionadas		(11.227)	(24.227)
Impostos antecipados e a recuperar		214.281	-
Outros valores a receber (circulante e não circulante)		(11.364)	91.063
Depósitos judiciais	14.b)	(6.353)	(79.861)
Despesas pagas antecipadamente		(65.772)	(27.863)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Contas a pagar a estabelecimentos		(7.337.553)	(7.306.968)
Fornecedores		(148.834)	(161.934)
Impostos e contribuições a recolher		10.919	(105.198)
Contas a pagar com partes relacionadas		(493.539)	12.102
Outras obrigações		(23.455)	(58.147)
Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	14.a)	(9.107)	(6.954)
Caixa proveniente das operações		624.709	3.436.498
Juros pagos	12	(258.256)	(258.617)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(728.238)	(851.443)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(361.785)	2.326.438
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aumento de capital em controladas, controladas em conjunto e coligada	9	(55.000)	-
Aquisição de cotas de FIDC		-	(6.243.084)
Resgate de cotas de FIDC		1.202.763	7.138.959
Dividendos recebidos de subsidiárias	9	259.416	249.610
Adições ao imobilizado e intangível	10 e 11	(195.680)	(136.482)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		1.211.499	1.009.003
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aquisição de ações em tesouraria	15.c)	(11.632)	-
Venda/transfêrencia de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opção de ações		7.847	6.406
Captação de empréstimos	12	-	100.453
Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	12	(1.705.978)	(2.823.253)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(1.376.985)	(636.355)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(3.086.747)	(3.352.749)
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(2.237.034)	(17.308)
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo final	4	1.672.487	13.455
Saldo inicial	4	3.90	



CIELO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91

www.cielo.com.br



2.14 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.15 Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

O ágio decorrente de investimentos em controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras.

2.16 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Ajustes de Avaliação Patrimonial" ou diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.17 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores que a Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Sociedade possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.18 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

2.19 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

2.20 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Sociedade oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

3. ADOÇÃO INICIAL DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS CONSUBSTANCIADAS NO PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Em 09 de outubro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.865 que estabelece, dentre outros assuntos, os conceitos, princípios e normas gerais sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento, os quais passam a integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SBP"), bem como a se submeter à regulamentação do BACEN.

A Lei nº 12.865/13 e o conjunto de normas expedidas pelo CMN e pelo BACEN definem o novo marco regulatório aplicável aos arranjos de pagamento e instituições de pagamento, incluindo a atividade de credenciamento de estabelecimentos comerciais, conforme desenvolvida pela Sociedade. Este conjunto de normas tem por objetivo principal modernizar os instrumentos de pagamentos com foco na eficiência e segurança do SPB, sendo que sua aplicação, bem como a supervisão das chamadas instituições de pagamento (tal qual a Sociedade) passa a ser de responsabilidade do Banco Central.

Diante dessa conjuntura, em 27 de abril de 2017, a Cielo S.A. obteve a autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora, passando a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Dentre as principais diferenças entre as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs") e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("CPC") em relação ao novo regimento contábil do Banco Central que passou a ser adotado pela Sociedade (COSIF), destaca-se o tratamento do ágio. De forma diversa ao tratamento adotado pelas IFRSs, no âmbito do COSIF, o ágio contabilizado com fundamento na previsão de resultados futuros ("goodwill") deve ser amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido à avaliação anual de recuperabilidade ("teste de impairment").

Nesse sentido, em linha com os preceitos do Pronunciamento Contábil nº 23 - Práticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e aprovado pela Resolução do CMN nº 4.077/11, bem como dos procedimentos de adoção inicial definidos na Circular nº 3.833/17, do BACEN, a amortização do saldo de ágio foi feita de forma retrospectiva, desde a data originária de aquisição de investimento pela Sociedade e de acordo com os prazos dos projetos que o justificaram, limitados a 5 (cinco) anos.

Adicionalmente, em razão do novo marco regulatório, houve mudança no modelo de operação da Sociedade, no qual a Cielo assumiu condição de devedora, garantindo o pagamento ao estabelecimento comercial desde o momento da realização da transação, passando a reconhecer contabilmente (i) como um ativo, o direito de receber o valor de compra de produtos e serviços das instituições emissoras de cartões (contas a receber de emissores); e, em contrapartida, (ii) como um passivo, a obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade (contas a pagar a clientes).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Sociedade é composto pelos saldos de disponibilidades apresentados abaixo e por aplicações interfinanceiras de liquidez, aplicações em cotas de fundos e certificados de depósitos bancários apresentados nas notas 5 e 6.

Table with 2 columns: Disponibilidades (Em moeda nacional, Em moeda estrangeira) and 2 columns: 30/06/2018, 30/06/2017. Total values: 15.155, 13.455.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Table with 2 columns: Taxa média ponderada a.a. and Total em, and 2 columns: 30/06/2018, 30/06/2017. Rows include Mercado Aberto, Debêntures, and Total.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos da Sociedade é composto pelos saldos apresentados abaixo:

Table with 2 columns: Ativo and Passivo, and 2 columns: 30/06/2018, 30/06/2017. Rows include Títulos e valores mobiliários, Instrumentos financeiros derivativos, and Total.

a. Saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos

Table with 2 columns: Taxa média ponderada do DI a.a. and Faixa de vencimento, and 2 columns: 30/06/2018, 30/06/2017. Rows include Disponível para venda, Títulos privados, Mantidos para negociação, and Total.

Disponível para venda

Títulos privados

Cotas de fundo de investimento - FIDC

Mantidos para negociação

Títulos privados

Cotas de fundo de investimento, Certificados de depósitos bancários - CDB

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

(**) Os fundos possuem diferentes categorias de cotas, desta forma, as cotas sênior que têm uma rentabilidade de 102,95% do CDI e a cota mezanino 110% do DI - Depósito Interbancário. O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 - Resultado financeiro.

b. Fundo de investimento em direitos creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC") iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus") iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A partir de 31 de julho de 2017, o FIDC não realizou novas aquisições de recebíveis.

Os rendimentos das cotas sênior e mezanino do FIDC Plus são amortizados mensalmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezanino e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu a quota sênior o rating de risco "AAA". Os fundos têm por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização das cotas por meio de investimento de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, operacionalizados no sistema de aquisição Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Os FIDCs devem manter após 90 (noventa) dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. Os direitos creditórios são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério pro rata temporis. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 30 de junho de 2018 está demonstrada a seguir:

Table with 4 columns: Quantidade de cotas, Valor total das cotas, Participação Cielo, Participação de Terceiros. Rows include FIDC, FIDC Plus, Senior, Mezanino, Subordinada, Total - FIDC Plus, and Total.

Os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017 estão assim demonstrados:

Table with 6 columns: Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido. Rows include FIDC, FIDC Plus, and Total for 30/06/2018 and 30/06/2017.

Swap taxa flutuante em US\$: 1,7150% a.a. - De 01/09/17 à 01/03/18, 1,8150% a.a. - De 01/03/18 à 31/08/18 vs. taxa flutuante em R\$ (100,2% do DI)

Em 30 de junho de 2018, a relação de "hedge" estabelecida pela Sociedade foi eficaz, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do "hedge" foi registrada.

7. OUTROS CRÉDITOS - CONTAS A RECEBER

Table with 2 columns: 30/06/2018, 30/06/2017. Rows include Rendas a receber, Diversos, Contas a receber de emissores, Contas a receber de emissores (a), Contestações de portadores de cartão de crédito - "chargeback" (b), Aquisição de recebíveis (c), Trava de domicílio bancário (d), Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (e), Outros, Contas a receber com partes relacionadas, Devedores por depósitos em garantia (Nota 14b), Créditos tributários (Nota 8a), Impostos e contribuições a compensar/recuperar, Outros, Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (f), Total, Circulante, Realizável a longo prazo, and Total.

(a) Correspondem aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já liquidados das antecipações com bancos emissores em 30 de junho de 2018.

(b) Adicionalmente, a Sociedade pode efetuar antecipação dos valores para geração de capital de giro de curto prazo. Essas antecipações possuem prazo médio de aproximadamente seis dias úteis. Em 30 de junho de 2018, não houve antecipação com bancos emissores e em 30 de junho de 2017 o saldo de antecipação de recebíveis com bancos emissores era de R\$ 739.337.

(c) Correspondem substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito e que se encontram em avaliação pela Sociedade nas respectivas datas de balanço. ("chargeback").

(d) O saldo corresponde às aquisições de recebíveis de estabelecimentos comerciais que serão recebidos dos bancos emissores de cartões em até 360 dias da data da aquisição, líquido da receita com aquisição de recebíveis a ser apropriada na fluência dos prazos das operações (uma vez que está relacionada à aquisição de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorre após as datas dos balanços).

(e) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário (mediante autorização prévia do estabelecimento comercial) para bloquear qualquer transferência de recebíveis do estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.

(f) Contas a receber decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição, vale-transporte e correlatos.

(g) Refere-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes das operações realizadas pela Sociedade com estabelecimentos comerciais, constituída a partir da expectativa de perdas esperadas e das operações já em atraso. Os valores de 2017 foram reclassificados em relação aos saldos publicados para fins de melhor comparabilidade.

8. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS

a. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

Table with 2 columns: 30/06/2018, 30/06/2017. Rows include Diferenças temporárias, Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, Provisão para despesas diversas, Provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e com créditos incobráveis, and Total.

30/06/2018

Table with 10 columns: % de Participação, Quantidade de ações (em milhares), Ativo, Passivo, Patrimônio líquido, Receitas Líquidas, Lucro Bruto, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Lucro Líquido (Prejuízo), Equivalência patrimonial do semestre, Investimento. Rows include Controladas, Servinet, Multidisplay (*), Braspag, Cielo USA, Cateno, Aliança, Subtotal, Controladas em conjunto, Orizon (**), Paggo, Subtotal, Total Controladora.

(*) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, no montante de R\$ 16.439.

(**) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.

30/06/2017

Table with 10 columns: % de Participação, Quantidade de ações (em milhares), Ativo, Passivo, Patrimônio líquido, Receitas Líquidas, Lucro Bruto, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Lucro Líquido (Prejuízo), Equivalência patrimonial do semestre, Investimento. Rows include Controladas, Servinet, Multidisplay (*), Braspag, Cielo USA, Cateno, Aliança, Subtotal, Controladas em conjunto, Orizon (**), Paggo, Subtotal, Total Controladora.

(*) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, no montante de R\$ 16.439.

(**) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.


b. Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	1.641.639	1.830.723
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.714.347	2.712.721
Lucro por ação (em R\$) - Básico	0,60480	0,67487

Lucro por ação diluído

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	1.641.639	1.830.723
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.714.347	2.712.721
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	2.223	3.645
Total (em milhares)	2.716.570	2.716.366
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,60431	0,67396

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	30/06/2018	30/06/2017
Receita operacional bruta	3.657.165	3.719.784
Impostos sobre serviços	(405.351)	(375.438)
Total	3.251.814	3.344.346

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de crédito de telefonia fixa e celular.

18. DESPESAS POR NATUREZA

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com pessoal	212.208	231.836
Depreciações e amortizações	202.957	228.035
Serviços profissionais	160.023	206.545
Gastos com aquisição (a)	1.103.629	850.657
Vendas e marketing (b)	117.602	77.716
Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS	(5.558)	27.742
Total	1.790.861	1.622.531
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	1.248.110	1.089.271
Despesas com pessoal	126.984	146.060
Despesas gerais e administrativas	190.498	209.473
Vendas e marketing	117.602	77.716
Outras despesas operacionais, líquidas	107.667	100.011
Total	1.790.861	1.622.531

(a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.

(b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores e ações comerciais para novos credenciamentos de clientes.

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Estão representadas por:

	30/06/2018	30/06/2017
Perdas com créditos incobráveis e fraude (a)	106.378	86.137
Provisão para risco, líquida	6.371	20.689
Baixas e (reversões)/provisões para perdas do imobilizado	2.237	(3.084)
Outras	(7.319)	(3.730)
Total	107.667	100.012

(a) Perdas com fraude estão relacionadas a perdas operacionais decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais, representados por R\$ 4.031 em 30 de junho de 2018 (R\$ (21.191) em 30 de junho de 2017).

20. COMPROMISSOS

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

24. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E DE AÇÕES RESTRITAS

Em 30 de junho de 2018, a posição dos planos de opção de compra de ações e ações restritas é a seguinte:

Data de outorga	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Quantidade de ações					Saldo	Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
				2013	2014	2015	2016	2017			
Julho de 2012	986.475	(242.016)	(2.393.464)	188.945	1.047.455	254.514	107.483	59.828	9.220	10,73	4,42
Julho de 2013	1.049.141	(289.243)	(2.430.164)	-	989.734	370.317	263.000	122.584	75.369	12,52	5,83
Julho de 2014	1.560.456	(334.480)	(1.742.267)	-	-	303.607	311.729	214.442	313.487	18,87	8,70
Julho de 2015	557.354	(208.894)	(402.219)	-	-	-	105.050	86.862	138.153	-	28,83
Julho de 2016	650.947	(137.142)	(116.566)	-	-	-	-	101.984	499.223	-	27,43
Março de 2017	121.470	(20.773)	(41.668)	-	-	-	-	24.294	83.323	-	22,51
Julho de 2017	828.878	(118.532)	(25.116)	-	-	-	-	-	685.230	-	23,26
Março de 2018(*)	437.187	(18.507)	-	-	-	-	-	-	418.680	-	25,32
Total	6.191.908	(1.369.587)	(7.151.464)	188.945	2.037.189	928.438	787.262	609.994	2.222.685		

(*) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2018 foi deliberado e aprovado o plano Sócio Cielo 2018 "Restricted shares", outorgado em março deste ano.

Para determinar o valor justo das opções, entre os exercícios de 2011 e 2014, optou-se pelo modelo de Black & Scholes para a precificação das opções. As premissas utilizadas estão demonstradas no quadro abaixo:

	Outorga em		
	Julho 2012	Julho 2013	Julho 2014
"Dividend yield"	5,36%	3,71%	3,31%
Volatilidade do preço da ação	31,65%	30,06%	23,15%
Período esperado para o exercício	6 anos	6 anos	6 anos

A partir do exercício de 2015, a Sociedade optou pela utilização do modelo binomial para a precificação das opções.

O valor justo das opções e das ações está sendo apropriado ao resultado do exercício e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 meses (para os planos Sócio Cielo) e de 36 meses (para os planos de opções de ações restritas).

No semestre findo em 30 de junho de 2018, foi reconhecida provisão de R\$ 11.592 líquido dos encargos (R\$14.363 em 30 de junho de 2017), tendo como contrapartida a rubrica "Despesas com pessoal". Desses montantes correspondem a parcela de diretores estatutários o montante de R\$ 3.982 líquido dos encargos (R\$ 7.027 em 30 de junho de 2017).

Foram exercidas 692.285 ações no valor de R\$ 6.198 em 30 de junho de 2018 (831.347 ações no valor de R\$ 13.142 em 30 de junho de 2017), sendo a movimentação de opção de ações outorgadas registrado na rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, em 30 de junho de 2018, o montante de R\$ 5.394 (R\$ 1.221 em 30 de junho de 2017)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	87.844	127.922
Pis e Cofins (b)	(4.111)	(6.054)
Outras receitas financeiras	259	2.268
Total	83.992	124.136
Despesas financeiras:		
Juros de mora e multas	(61)	(51)
Multas e juros sobre provisões para riscos	(3.022)	(4.617)
Juros e encargos sobre empréstimos	(194.032)	(408.995)
Custo de Captação com terceiros	(20.677)	(82.042)
Outras despesas financeiras	(8.120)	(31.346)
Total	(225.912)	(527.051)
Aquisição de recebíveis:		
Aquisição de recebíveis (a)	870.901	1.249.331
Pis e Cofins (b)	(40.497)	(57.312)
Total	830.404	1.192.019
Variação cambial, líquida	(266.511)	(20.303)
Total	421.973	768.801
(a) Valor referente a valorização das cotas do FIDC Plus e FIDC NP, sendo estas, substancialmente compostas, pela operação de antecipação de recebíveis (ARV).		
(b) Despesas de Pis e Cofins sobre receitas financeiras auferidas pela Sociedade, sob as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, conforme disposições do Decreto nº 8.426/15, com vigência a partir de 1º de julho de 2015. As despesas incorridas no período foram agrupadas nos grupos de "Receitas Financeiras" e "Aquisição de Recebíveis", na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.		
No quadro abaixo, efetuamos a abertura do saldo de variação cambial em receitas e despesas:		
	30/06/2018	30/06/2017
Variação cambial, líquida:		
Receitas	287.389	74.849
Despesas	(553.900)	(95.152)
Total	(266.511)	(20.303)

a. Contratos de aluguel

Em 30 de junho de 2018, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Até 1 ano	16.555
De 1 ano a 5 anos	15.449
Acima de 5 anos	7.823
Total	39.827

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e "back office"

Em 30 de junho de 2018, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, "back office" e televidas são os seguintes:

Até 1 ano	272.490
De 1 ano a 5 anos	301.339
Total	573.829

Os contratos de central de atendimento contêm muitas rescisórias no montante de R\$ 5.000. Os contratos de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e "back office" não preveem multa rescisória.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
Benefícios pós-emprego

A Sociedade possui um passivo atual decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 7.379 (R\$ 5.107 em 30 de junho de 2017).

Previdência Complementar

A Sociedade contribui mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, em despesas de contribuições no montante de R\$ 2.950 (R\$4.731 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017), contabilizadas nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas com pessoal".

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade oferece aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$32.862 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 (R\$32.411 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017).

A Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

22. PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade concede participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 foram registrados na rubrica "Despesas com pessoal" na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	30/06/2018	30/06/2017
Colaboradores	24.528	26.577
Diretores estatutários	4.603	5.120
Total	29.131	31.697

23. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos períodos são como segue:

	30/06/2018		
	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	4.955	5.256	10.211
Conselhos de administração	1.339	-	1.339
Total	6.294	5.256	11.550

	30/06/2017		
	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	4.994	8.008	13.002
Conselhos de administração	1.118	-	1.118
Total	6.112	8.008	14.120

(*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, e não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 24).

A remuneração global anual dos Administradores (Diretoria Executiva, Conselho de Administração) e Conselho Fiscal em 2018, fixada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2018, foi de R\$ 47.000 já contemplados os tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a. Gestão de risco de capital

A Sociedade administra seu capital para assegurar que a empresa possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras).

A Cielo mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento (vide nota explicativa 15).

A partir da concessão da autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento pelo BACEN, em 27 de abril de 2017, a Cielo passou a estar sujeita ao cumprimento de regras que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de patrimônio líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma instituição financeira.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	30/06/2018	30/06/2017
Dívida (i)	(6.599.348)	(6.922.572)
Instrumento financeiro derivativo (ii)	219.767	-
Disponibilidades	15.155	13.455
Aplicações interfinanceiras	12.146	285.946
Títulos e valores mobiliários (exceto FIDC)	1.645.186	586.738
Dívida líquida	(4.707.094)	(6.036.433)
Patrimônio líquido (iii)	10.126.012	9.159.419
Índice de endividamento líquido	46,49%	65,90%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 12.

(ii) Instrumento financeiro derivativo compreende a posição do contrato de "swap", mencionados na nota explicativa 6.

(iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Sociedade, gerenciados como capital.

b. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são (i) disponibilidades, (ii) aplicações interfinanceiras, (iii) títulos e valores mobiliários (TVM), (iv) contas a receber operacionais e (v) de controladas e controladas em conjunto, (vi) fundo de investimento em direitos creditórios, (vii) depósitos judiciais, (viii) contas a pagar a estabelecimentos, a (ix) controladas, controladas em conjunto, (x) fornecedores e (xi) empréstimos e financiamentos.

Em 30 de junho de 2018, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Categoria	30/06/2018	
		Valor contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	Valor justo por meio do resultado	15.155	15.155
Aplicações Interfinanceiras e TVM	Valor justo por meio do resultado	1.657.332	1.657.332
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	58.135.636	58.135.636
Contas a receber com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	19.637	19.637
Fundo de investimento em direitos creditórios	Ativos financeiros disponíveis para venda	6.946.310	6.946.310
Instrumento financeiro derivativo (Swap)	Valor justo por meio do resultado	219.767	219.767
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	1.616.425	1.616.425
Outras obrigações diversas	Outros passivos financeiros	491.188	491.188
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	50.039.724	50.039.724
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	8.800.513	8.800.513
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	5.375.382	5.375.382



CIELO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91

www.cielo.com.br



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da Cielo S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações da Cielo S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cielo S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Processo de captura, processamento e liquidação das transações

A Sociedade mantém um plano de investimentos sistêmicos contínuo com o objetivo de garantir o funcionamento e a continuidade de suas operações relacionadas à captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito e assim, por conseguinte, manter a segurança e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Sociedade tem implementado um processo de monitoramento do registro e liquidação das transações, que inclui conciliações, confronto de informações com relatórios de terceiros, entre outros controles internos, que suporta a integridade e precisão no registro das transações e no reconhecimento automático das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de bancos emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo automático de captura, processamento e liquidação das transações, que entre outros é a base para o reconhecimento de receitas operacionais e que pode impactar o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras, da importância dos controles internos de monitoramento e da relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o suporte técnico de nossos especialistas em tecnologia, efetuamos a avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles gerais chave de tecnologia da informação associados com a captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito e contas relacionadas. Tal avaliação considera os aspectos de acesso lógico e físico, mudanças e desenvolvimento de sistemas em programas e infraestrutura, cópia e armazenamento de informações (*backup*), além dos controles chave automatizados relacionados aos processos de negócio definidos como relevantes, executando mapeamento e avaliação de interfaces contábeis, de controles de acesso, configurações de regras de negócio e cálculos automatizados. Aplicamos ainda, testes por amostragem sobre os controles chave relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos das contas patrimoniais relacionados às transações realizadas (captura, processamento e liquidação das operações) e do registro da respectiva receita operacional, bem como, efetuamos, por meio de amostragem, testes sobre as conciliações contábeis dos principais saldos, avaliando a documentação suporte e a integridade dos registros efetuados. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras descritas nas notas explicativas nº 7 e nº 13.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis o processo de captura, processamento e liquidação das transações e as divulgações

no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida

Conforme descrito na nota explicativa nº 9, as demonstrações financeiras incluem valores de ativos intangíveis com vida útil definida cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Administração. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à preparação e revisão do plano de negócios, orçamento e análises para verificação de evidências de indícios de perda no valor recuperável dos ativos intangíveis. Adicionalmente analisamos, com o suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados no modelo de avaliação utilizado pela Administração para teste de impairment, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos neste modelo. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras descritas na nota explicativa nº 9.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos ativos intangíveis de vida útil definida e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 30 de julho de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

